

Concurso Público para preenchimento de vagas de Emprego Público de Agente Estadual de Trânsito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Energia eólica é um dos exemplos de alternativa sustentável.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões objetivas, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha correspondente.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

O paradoxo da promessa

Em que circunstâncias alguém se exalta e defende com ardor uma opinião? “Ninguém sustenta fervorosamente que $7 \times 8 = 56$, pois se pode demonstrar que isso é uma verdade”, observa Bertrand Russel. O ânimo persuasivo só recrudesce e lança mão das artes e artimanhas da retórica apaixonada quando se trata de incutir opiniões que são duvidosas ou demonstravelmente falsas.

O mesmo vale para o ato de prometer alguma coisa. O simples fato de que uma promessa precisa ser feita com toda a ênfase indica a existência de dúvida quanto à sua concretização. Só prometemos acerca do que exige um esforço extra da vontade. E quanto mais solene ou enfática a promessa – “Te juro, meu amor, agora é pra valer!” – mais duvidosa ela é: *protesting too much* (‘proclamar excessivo’), como dizem os ingleses. “Só os deuses podem prometer, porque são imortais”, adverte o poeta.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 26)

1. Deve-se entender, segundo a fundamentação apresentada no texto, que uma promessa
 - (A) produz seus efeitos toda vez que formulada com recursos de uma retórica vibrante.
 - (B) terá cumprimento à medida que seu sujeito tenha vontade de cumpri-la.
 - (C) costuma indicar não o seu cumprimento, mas a dificuldade de efetivação dele.
 - (D) é por vezes tão frágil em si mesma que os próprios deuses não têm como cumpri-la.
 - (E) vale muitas vezes mais do que uma opinião que não possa ser comprovada.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *se exalta e defende com ardor* (1º parágrafo) = arrebatada-se e sustenta com paixão.
 - (B) *ânimo persuasivo só recrudesce* (1º parágrafo) = intenção retórica só se arrefece.
 - (C) *lança mão das artes e artimanhas* (1º parágrafo) = exclui a força artesanal convincente.
 - (D) *dúvida quanto à sua concretização* (2º parágrafo) = projeção da fé em sua efetividade.
 - (E) *quanto mais solene ou enfática* (2º parágrafo) = tanto mais sincera quanto consciente.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Têm muitas pessoas que creem poder ter uma promessa qualquer garantia de que venha a cumpri-la.
 - (B) São justamente aqueles que mais prometem quem menos cumprem o que prometeram com ânimo tão susceptível.
 - (C) Ainda quando se ponham em promessas todo o ardor, visto que nem assim mesmo se possam garanti-las.
 - (D) Até mesmo as promessas de amor soam tão mais duvidosas quanto maior a ênfase com que se fazem.
 - (E) Não cabem aos humanos tentar prometer tudo aquilo com que só os deuses se podem encarregar.

4. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
 - (A) Não são em todas as circunstâncias que a gente é capaz de defender as opiniões que emitem com segurança.
 - (B) As artes e as artimanhas que sejam propagadas com ênfase podem indicar a insegurança de quem delas se vale.
 - (C) São paradoxais as promessas feitas com tanta ênfase, que parece apontar, de fato, para sua fragilidade.
 - (D) Quando alguém enuncia verdades incontestáveis não precisam lançar mão de qualquer esforço para prová-las.
 - (E) Mesmo nas declarações de amor podem haver promessas que, por conta de sua ênfase, não se poderá cumprir.

5. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
 - (A) As promessas de que não cumprimos são aquelas à quem emprestamos a maior ênfase.
 - (B) A ênfase com cuja ele se exprime não faz ninguém confiar nada ao que ele diga.
 - (C) A frase de Bertrand Russel na qual o autor se refere é uma verdade onde ninguém duvida.
 - (D) A frase que a tradução está entre parênteses expressa uma denúncia para os excessos do amor.
 - (E) A sinceridade é um sentimento em que não cabe exagero, nada conspira contra sua força.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Da alegria

Fico comovido toda vez que ouço o finalzinho da música que Chico Buarque escreveu para a filha recém-nascida, dizendo o seu melhor desejo: "... e que você seja da alegria sempre uma aprendiz..."

Haverá coisa maior que se possa desejar? Acho que não. E penso que Beethoven concordaria: ao final de sua maior obra, a Nona Sinfonia, o que o coral canta são versos da "Ode à alegria" de Schiller. Já o filósofo Nietzsche não se envergonhava de tratar desse assunto de tão pouca respeitabilidade acadêmica (em nossas escolas a alegria não é tópico de nenhum currículo), ele dizia que o nosso único pecado original é a falta de alegria.

(Adaptado de: ALVES, Rubem. **Tempus fugit**. São Paulo: Paulus, 1990, p. 41)

6. Ao valorizar o sentimento da alegria, o autor do texto lembra que
- (A) as considerações teóricas que o ensino superior já teceu sobre esse tema estão há muito sendo negligenciadas.
 - (B) o fato de ela ser um tópico de currículo escolar não a torna mais importante do que quando expressa por Beethoven.
 - (C) ela nunca foi prestigiada como um tema a ser seriamente considerado em qualquer programa escolar.
 - (D) Beethoven e Nietzsche manifestaram posições inteiramente controversas sobre esse polêmico sentimento.
 - (E) a "Ode à alegria", de Schiller, foi uma obra cujo sentido Beethoven acabou por contestar em sua Nona Sinfonia.
-
7. *Ele não se envergonhava de tratar desse assunto tão desprestigiado.*
- Uma nova e aceitável redação da frase acima, em que se mantenham sua correção e seu sentido básico, será:
- (A) Sendo tão depreciado esse assunto, nem por isso se envergonhava ao tratar dele.
 - (B) Ainda que fosse um assunto controverso, ele não se envergonharia de tratá-lo.
 - (C) Em que pese envergonhar-se, ele chegou a tratar desse assunto sem interesse.
 - (D) Nunca se mostrava intimidado pelo fato de desprestigiar esse assunto.
 - (E) Ao se redimir de um assunto cujo prestígio era pouco, nem por isso se embaraçava.
-
8. No período *E penso que Beethoven concordaria*, a oração sublinhada exerce a mesma função sintática que a oração grifada em:
- (A) Escreveria sobre a alegria se fosse capaz.
 - (B) Mesmo que tente, não consigo ser alegre.
 - (C) Eles resolveram se unir para compor uma grande sinfonia.
 - (D) O compositor não previu que faria tanto sucesso.
 - (E) Seria preferível que você continuasse a compor.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

9. Um automóvel faz metade do percurso de uma viagem a uma velocidade média de 80 km/h e a outra metade a 120 km/h de velocidade média. A velocidade média desenvolvida pelo automóvel durante a totalidade do percurso da viagem é, em km/h, de
- (A) 96.
 - (B) 112.
 - (C) 104.
 - (D) 108.
 - (E) 100.
-
10. Em uma festa, se Carlos está acompanhado ou está feliz, canta e dança. Se, na última festa em que esteve, não dançou, então Carlos, necessariamente,
- (A) não estava acompanhado, mas estava feliz.
 - (B) estava acompanhado, mas não estava feliz.
 - (C) não estava acompanhado, nem feliz.
 - (D) não cantou.
 - (E) cantou.



11. Uma pesquisa sobre meio de transporte utilizado pelos funcionários de uma empresa para ir ao trabalho apresentou os seguintes resultados: 50% do total de funcionários utilizam trem ou ônibus ou ambos, e, desses, 50% utilizam trem, e 60%, ônibus; 25% do total de funcionários utilizam apenas seu próprio automóvel; 15% do total de funcionários vão ao trabalho, exclusivamente, a pé; os demais funcionários, em um total de 18, utilizam outro meio de transporte para ir ao trabalho. O número de funcionários que utilizam tanto trem quanto ônibus para ir ao trabalho é igual a
- (A) 12.
(B) 9.
(C) 6.
(D) 3.
(E) 15.

Noções de Informática

12. Um Agente de Trânsito precisa adquirir um equipamento para conectar vários computadores em uma Local Area Network – LAN, de forma que os dados vindos do computador de origem somente sejam repassados por esse equipamento ao computador de destino e não a todos os computadores da rede. O equipamento que realiza essa função é um
- (A) *modem*.
(B) *firewall*.
(C) *hub*.
(D) *switch*.
(E) *backbone*.
13. No Microsoft Outlook 2010, em português, as mensagens de *e-mail* excluídas da Caixa de Entrada são depositadas na pasta Mensagens Excluídas. Para eliminar todas as mensagens da pasta Mensagens Excluídas de uma só vez, liberando o espaço ocupado por elas, deve-se
- (A) clicar com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta Mensagens Excluídas e selecionar a opção Esvaziar Pasta.
(B) selecionar a pasta Mensagens Excluídas e pressionar a tecla Delete.
(C) clicar com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta Mensagens Excluídas e selecionar a opção Excluir Pasta.
(D) selecionar a pasta Mensagens Excluídas e pressionar a combinação de teclas Ctrl + Alt + Delete.
(E) selecionar a pasta Mensagens Excluídas, clicar na guia Ferramentas e na opção Limpar Pasta.

14. Considere a planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português.

	A	B	C	D	E
1	Art.	Chamada da Infração	Valor	Gravidade	Pontos
2	162, I	Dirigir veículo sem possuir CNH	R\$ 880,41	Gravíssima	7
3	181, XI	Estacionar em fila dupla	R\$ 195,23	Grave	5
4	181, IX	Estacionar o veículo em garagem	R\$ 130,16	Média	4
5	181, V	Estacionar o veículo na pista	R\$ 293,47	Gravíssima	7
6			R\$ 1.173,88		

(Baseado na tabela disponível em: <https://doutormultas.com.br/tabela-multas-Atualizada/>)

Na célula C6 foi digitada uma fórmula para somar apenas os valores das multas gravíssimas. A fórmula digitada foi:

- (A) =SOMA(D2:D5;"Gravíssima";C2:C5)
(B) =SE(D2:D5="Gravíssima";SOMA(C2:C5))
(C) =SOMASE(D2:D5;"Gravíssima";C2:C5)
(D) =SE(D2:D5;"=Gravíssima";SOMA(C2:C5))
(E) =SOMASE(D2:D5;"Gravíssima";C2:C5)

**Direito Constitucional**

15. No sistema albergado pelo ordenamento brasileiro, haverá exercício de controle de constitucionalidade pelo poder
- (A) Legislativo, em caráter preventivo, na hipótese de sustação de lei delegada do Poder Executivo que exorbite dos limites da delegação legislativa.
 - (B) Legislativo, na hipótese de não aprovação de medida provisória, por atendimento dos pressupostos constitucionais pertinentes.
 - (C) Executivo, em caráter repressivo ou *a posteriori*, quando do veto do Presidente da República a projeto de lei, por entendê-lo inconstitucional, no todo ou em parte.
 - (D) Judiciário, de forma preventiva, nos julgamentos realizados pelos tribunais em observância à cláusula de reserva de plenário.
 - (E) Legislativo, em caráter repressivo ou *a posteriori*, na hipótese de não aprovação de projeto de lei pela Comissão de Constituição e Justiça de qualquer uma de suas casas.
-
16. À luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca da ordem econômica e financeira,
- (A) não se pode estabelecer tratamento favorecido para empresas de pequeno porte, ainda que sejam constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, sob pena de ofensa ao princípio da livre concorrência.
 - (B) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, todos determinantes tanto para o setor público como para o privado.
 - (C) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, e deverá observar, dentre outros princípios, a defesa do meio ambiente.
 - (D) o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços se sujeitará ao regime jurídico próprio dos órgãos da Administração pública, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - (E) fere a livre iniciativa, bem como a livre concorrência, qualquer interferência estatal com o intuito de reprimir o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência ou ao aumento arbitrário dos lucros, cabendo ao próprio mercado tal controle.
-
17. Segundo o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca das Finanças Públicas e do Orçamento,
- (A) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, independentemente de autorização legislativa.
 - (B) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são leis de iniciativa conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - (C) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados de forma privativa pelo Senado Federal, na forma de seu regimento interno.
 - (D) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração pública federal para período coincidente com o do mandato do Presidente da República.
 - (E) cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Direito Administrativo

18. Uma autarquia estadual realizou pregão presencial para substituição de carpete e aquisição de determinada extensão de piso de madeira para suas unidades que contam com grande fluxo de pessoas diariamente. Exigiu no edital a apresentação de amostra do piso, a fim de aferir sua espessura e durabilidade, diante da razão e finalidade da aquisição. No dia do pregão, houve comparecimento de apenas um interessado, o que permite
- (A) concluir ser dispensável a apresentação de amostra, considerando que o licitante será, invariavelmente, o contratado para o fornecimento.
 - (B) presumir que a licitação foi frustrada, já que o pregão exige, obrigatoriamente, competição entre os interessados.
 - (C) a contratação direta do licitante, revogando-se o pregão instaurado, desde que a amostra levada pelo mesmo seja aprovada sob o ponto de vista técnico.
 - (D) declarar deserta a licitação, cabendo à autarquia reiniciar procedimento de contratação, sendo, em razão de sua natureza jurídica, prescindível novo certame.
 - (E) o prosseguimento do pregão, com a classificação do licitante caso apresente lance em consonância com os critérios do edital, exigindo-se, então, a apresentação da amostra para, se aprovada, declará-lo vencedor.



19. O Chefe do Executivo de um estado federado editou decreto alterando a composição de um órgão colegiado para fins de reduzir seu número de integrantes. O decreto passou a exigir, ainda, que as decisões do referido colegiado fossem submetidas ao titular da secretaria à qual está vinculado, para homologação. O ato normativo editado
- (A) excede os limites de competência do Chefe do Executivo, invadindo matéria reservada à lei, já que os decretos do Executivo apenas podem explicitar normais legais, não lhes sendo conferido conteúdo autônomo.
 - (B) pode ser considerado expressão do poder normativo, demonstrado que a alteração se insere em matéria de organização administrativa, sem ensejar aumento de despesas ou extinção de órgãos públicos.
 - (C) é aderente ao texto constitucional que disciplina o poder normativo do Executivo, ao qual somente é vedado implementar o aumento de despesas, do que não tratou o caso concreto.
 - (D) se insere na competência regulamentar do Chefe do Executivo, pois se limitou a extinguir cargos, aquém de matéria de organização administrativa, para a qual seria obrigatória edição de lei.
 - (E) viola a competência normativa do Poder Executivo, considerando que os órgãos colegiados inseridos na organização administrativa exercem competência jurisdicional e autônoma, submetendo-se apenas ao controle do Poder Legislativo.
-
20. Uma rodovia estadual, cuja exploração é feita mediante contrato de concessão de serviço público, foi cenário de um grave acidente: um veículo particular transitava por uma faixa de rolamento quando o motorista perdeu o controle da direção ao passar por um buraco existente na pista em função de obras de reparo em curso. As vítimas, que afirmaram a inexistência de qualquer sinalização na rodovia para advertir os motoristas sobre os reparos em curso e sobre os buracos existentes, sofreram danos físicos e materiais de grande monta. Essas vítimas
- (A) devem buscar indenização direta, integral e exclusivamente da concessionária, sujeita à responsabilidade objetiva pura, não sendo relevante perquirir sobre excludentes de responsabilidade.
 - (B) devem buscar reparo para os danos morais e materiais junto ao poder concedente, tendo em vista que se trata de rodovia de propriedade pública, cabendo apenas direito de regresso em face da concessionária.
 - (C) podem ser ressarcidas pela concessionária de serviço público que explorava a rodovia, desde que comprovada sua negligência, imprudência ou imperícia na condução das obras de manutenção.
 - (D) podem deduzir pleito indenizatório em face da concessionária de serviço público e do poder concedente, ambos respondendo sob a modalidade objetiva de responsabilidade, ainda que aquelas sejam dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
 - (E) podem apresentar ação de indenização sob a modalidade de responsabilidade objetiva em face da concessionária de serviço público, tendo em vista que o vínculo jurídico formado com o contrato de concessão de serviço público confere à empresa natureza jurídica de direito público.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Quanto ao curso preventivo de reciclagem, considere:
- I. Poderá optar por participar, o condutor que exerce atividade remunerada, habilitado na categoria C, D ou E, sempre que, no período de 1 ano, atingir 14 pontos.
 - II. Só poderá ser realizado uma vez a cada período de 24 meses, contado da data de conclusão do último curso preventivo de reciclagem.
 - III. Poderá optar por participar, o condutor que, possuindo uma soma de pontos por infrações inferior a 14 pontos, no período de 12 meses, seja uma vez mais autuado, dentro desse período, e a soma dos pontos das infrações seja superior a 14, porém não ultrapasse os 20 pontos.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I.

22. Ocorrendo uma infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

- I. o prontuário do condutor, sempre que possível.
- II. identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração.
- III. valor da multa, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.



23. Ao condutor que se evadir da fiscalização, não submetendo veículo à pesagem obrigatória nos pontos de pesagem, fixos ou móveis, será aplicada a seguinte penalidade, além da obrigação de retornar ao ponto de evasão para fim de pesagem obrigatória:
- (A) multa e apreensão do veículo.
 - (B) multa, apenas.
 - (C) apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir.
 - (D) multa e suspensão do direito de dirigir.
 - (E) apreensão do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

24. Considere, abaixo, três motoristas que cometem infração por transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil.

Motorista	Infração
1	Transitar em velocidade superior à máxima em até 20% em vias locais.
2	Transitar em velocidade superior à máxima em até 50% em vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias.
3	Transitar em velocidade superior à máxima em mais de 50% em rodovias, vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias.

Além da penalidade de multa, a suspensão imediata do direito de dirigir e apreensão do documento de habilitação deverão ser aplicadas

- (A) aos motoristas 1 e 3, apenas.
 - (B) aos motoristas 1 e 2, apenas.
 - (C) ao motorista 3, apenas.
 - (D) aos motoristas 2 e 3, apenas.
 - (E) aos motoristas 1, 2 e 3.
25. Quanto a uma determinada obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco a segurança destes, a obrigação de sinalizar é
- (A) do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.
 - (B) da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.
 - (C) do policiamento do trânsito.
 - (D) do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento.
 - (E) da fiscalização responsável pela operação de trânsito.
26. Deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), os locais destinados a
- (A) estacionamentos ou garagens em geral, apenas.
 - (B) postos de gasolina, estacionamentos e garagens de uso coletivo, apenas.
 - (C) postos de gasolina, oficinas e garagens em geral, apenas.
 - (D) postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo.
 - (E) oficinas e garagens de uso coletivo, apenas.
27. Ao cruzar a pista de rolamento, o pedestre tomará precauções de segurança, levando em conta, principalmente, a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, utilizando sempre as faixas ou passagens a ele destinadas, sempre que estas existirem, em uma distância de até
- (A) 60 metros dele.
 - (B) 120 metros dele.
 - (C) 50 metros dele.
 - (D) 80 metros dele.
 - (E) 100 metros dele.



28. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN. As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e
- (A) dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.
 - (B) dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e dos Governadores.
 - (C) dos Presidentes das Assembleias Legislativas.
 - (D) dos Governadores e dos Presidentes das Assembleias Legislativas.
 - (E) do Procurador-Geral da República e dos Governadores.

29. Os condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação. O exame será realizado, em regime de livre concorrência, pelos laboratórios credenciados pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), nos termos das normas do CONTRAN, VEDADO aos entes públicos:

- I. fixar preços para os exames.
- II. limitar o número de empresas ou o número de locais em que a atividade pode ser exercida.
- III. estabelecer regras de exclusividade territorial.

Está correto o que consta de

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
30. Segundo definição do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o veículo de grande porte é
- (A) o veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 80.000 quilogramas.
 - (B) a combinação de veículos, sendo o primeiro um veículo automotor e os demais reboques ou equipamentos de trabalho agrícola, construção, terraplenagem ou pavimentação.
 - (C) o veículo automotor destinado ao transporte simultâneo de carga e passageiro.
 - (D) o veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 10.000 quilogramas e de passageiros, superior a 20 passageiros.
 - (E) a combinação de veículos acoplados, sendo um deles automotor.

31. O veículo apreendido e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão.

Os valores arrecadados em leilão deverão ser utilizados para custeio da realização do leilão, dividindo-se os custos entre os veículos arrematados, proporcionalmente ao valor da arrematação, e destinando-se os valores remanescentes. Considere a tabela abaixo:

Item	Débitos incidentes sobre o veículo
1	os tributos vinculados ao veículo.
2	as despesas com remoção e estada.
3	os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real.

A ordem correta da destinação dos valores arrecadados em leilão é

- (A) 1, 2 e 3.
 - (B) 2, 1 e 3.
 - (C) 3, 2 e 1.
 - (D) 3, 1 e 2.
 - (E) 1, 3 e 2.
32. Ao veículo ou combinação de veículos utilizado no transporte de carga indivisível, que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo CONTRAN, poderá ser concedida, com prazo certo, válida para cada viagem, pela autoridade com circunscrição sobre a via, a
- (A) credencial para carga excepcional.
 - (B) credencial de transporte especial.
 - (C) autorização para carga excepcional.
 - (D) autorização especial de trânsito.
 - (E) certidão de transporte especial.



33. Os sinais de trânsito classificam-se em: verticais; horizontais; dispositivos de sinalização auxiliar e mais:
- (A) luminosos e semáforos.
 (B) semáforos e gestos do agente de trânsito.
 (C) luminosos, sonoros e gestos do agente de trânsito e do condutor.
 (D) indicativos, luminosos e sonoros.
 (E) indicativos, sonoros, semáforos e gestos do agente de trânsito.
-
34. Uma das competências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é:
- (A) julgar os recursos interpostos contra decisões das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
 (B) estabelecer as diretrizes do regimento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
 (C) proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.
 (D) organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).
 (E) supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização de trânsito e outras, visando à uniformidade de procedimentos.
-
35. Com relação às Normas Gerais de Circulação e Conduta contidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), considere:
- I. Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, em qualquer situação, sempre terá preferência de passagem aquele que vier pela esquerda do condutor.
 II. O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.
 III. Nas interseções e suas proximidades, o condutor não poderá efetuar ultrapassagem.
 IV. O condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz alta, quando sob chuva forte, neblina ou cerração.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, III e IV.
 (B) III e IV.
 (C) I e II.
 (D) I, II e IV.
 (E) II e III.
-
36. Onde não existir sinalização regulamentada, a velocidade máxima nas vias rurais será, nas rodovias de pista dupla, de I km/h para automóveis, camionetas e motocicletas e de II km/h para os demais veículos, e nas rodovias de pista simples será de III km/h para automóveis, camionetas e motociclistas e de IV km/h para os demais veículos.
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas acima:

	I	II	III	IV
A	120	90	90	80
B	110	90	100	90
C	120	80	100	80
D	110	80	90	80
E	120	90	110	90

37. Transitar com farol desregulado ou com fecho de luz alta de forma a perturbar a visão de outro condutor constitui em:

	Infração	Penalidade	Medida administrativa
A	média	multa	não há
B	leve	advertência	não há
C	grave	multa	retenção do veículo
D	gravíssima	multa	apreensão do veículo
E	grave	multa	recolhimento do Certificado de Registro



38. Deixar o condutor envolvido em acidente com vítima de prestar ou providenciar socorro à vítima, podendo fazê-lo, implica na aplicação de penalidade, sendo correto para o caso descrito:
- (A) multa (três vezes).
 - (B) multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo.
 - (C) multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses.
 - (D) multa (cinco vezes) e apreensão do veículo.
 - (E) multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir.
-
39. As vias abertas à circulação, de acordo com a sua utilização, classificam-se em: as vias urbanas em via
- (A) de trânsito rápido; via arterial; via coletora; e via local. As vias rurais em rodovia; e estrada.
 - (B) expressa; via arterial; via coletora; e via secundária. As vias rurais em rodovia de pista simples e rodovia de pista dupla; e estrada.
 - (C) de trânsito rápido; via arterial; via secundária; e via local. As vias rurais em rodovia; e via vicinal.
 - (D) expressa; via arterial; via coletora; e via secundária. As vias rurais em rodovia; estrada; e via vicinal.
 - (E) marginal; via arterial; via secundária; e via local. As vias rurais em rodovia de pista simples e rodovia de pista dupla; e via vicinal.
-
40. No que se refere à condução de veículos por motoristas profissionais,
- (A) serão observados 30 minutos para descanso a cada 4 horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.
 - (B) é vedado ao motorista profissional dirigir, por mais de 4 horas e meia ininterruptas, veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.
 - (C) serão observados 30 minutos para descanso dentro de cada 5 horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento.
 - (D) o condutor é obrigado, dentro do período de 24 horas, a observar o mínimo de 9 horas de descanso, que podem ser fracionadas.
 - (E) em situações excepcionais de inobservância justificada de tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado por mais 4 horas, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.
-
41. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá
- (A) ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.
 - (B) estar habilitado no mínimo há 2 anos na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E.
 - (C) não ter cometido nenhuma infração gravíssima ou ser reincidente em infrações graves durante os últimos doze meses.
 - (D) ser maior de 18 anos.
 - (E) estar habilitado no mínimo há 3 anos na categoria B, ou no mínimo há 2 anos na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D.
-
42. Utilizar-se de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus é considerada infração gravíssima e, além da penalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tem como medida administrativa
- (A) recolhimento do documento de habilitação, apenas.
 - (B) recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.
 - (C) recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual e retenção do veículo.
 - (D) recolhimento do Certificado de Registro e retenção do veículo.
 - (E) suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo.



43. Compete ao órgão máximo de trânsito da União:
- (A) credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN.
 - (B) promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN.
 - (C) estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRADIFE.
 - (D) estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados.
 - (E) apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a Administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito.
-
44. Trata-se de uma circunstância, entre outras, que sempre agrava a penalidade do crime de trânsito, ter o condutor do veículo cometido a infração
- (A) com permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação com data de validade vencida.
 - (B) com dano potencial para uma ou mais pessoas ou com grande risco de dano patrimonial a terceiros.
 - (C) quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga.
 - (D) se o agente conduz veículo automotor sob influência de substância psicoativa que determine dependência.
 - (E) de transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20%.
-
45. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor incorre em penas de
- (A) detenção de 6 meses a 3 anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
 - (B) detenção de 6 meses a 2 anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
 - (C) reclusão de 1 a 2 anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
 - (D) detenção de 6 meses a 1 ano, e multa.
 - (E) detenção de 6 meses a 1 ano, ou multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.
-
46. A autorização para utilizar as vagas de estacionamento de veículos, destinadas exclusivamente às pessoas idosas, poderá ser suspensa ou cassada, a qualquer tempo, a critério do órgão emissor, se verificada, entre outras, a seguinte irregularidade na credencial:
- (A) uso em vagas de estacionamento rotativo regulamentado, sem a utilização conjunta do cartão do estacionamento ou liberação pelo aplicativo correspondente.
 - (B) constatação, pelo agente, de que o veículo, por ocasião da utilização da vaga especial, permaneceu estacionado mais de 2 horas.
 - (C) constatação, pelo agente, de que o veículo, por ocasião da utilização da vaga especial, permaneceu estacionado mais de 3 horas.
 - (D) constatação, pelo agente, de que, por ocasião da utilização da vaga especial, a credencial específica para idoso não foi colocada sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima.
 - (E) uso de cópia da credencial efetuada por qualquer processo.
-
47. A avaliação dos veículos será feita pelo órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão, pela comissão de leilão, ou ainda por profissional terceirizado, devidamente autorizado e habilitado. O veículo ser classificado como sucata quando atender ao seguinte critério mínimo:
- (A) danos de média e grande monta.
 - (B) danos ao motor, apenas.
 - (C) veículo registrado no exterior e licenciamento pendente.
 - (D) danos de média monta, cujo motor poderá ser reaproveitado em outro veículo.
 - (E) veículo artesanal sem registro.



48. Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), para arrecadarem multas de trânsito de sua competência ou de terceiros, deverão utilizar o documento próprio de arrecadação de multas de trânsito estabelecido pelo DENATRAN, com vistas a garantir o repasse automático do recolhimento do percentual de
- (A) 5% do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.
 - (B) 1% do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.
 - (C) 1% do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do DPVAT.
 - (D) 5% do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDED.
 - (E) 1% do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDED.

49. Três motoristas cometeram infração de trânsito por dirigirem sob a influência de álcool, por meio das seguintes medições realizadas por etilômetro.

Motorista	Medições realizadas por etilômetro
1	0,29 mg/L (miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado)
2	0,31 mg/L (miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado)
3	0,35 mg/L (miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado)

Além da penalidade e medidas administrativas, teve a incidência do crime em espécie previsto no Código de Trânsito Brasileiro

- (A) os motoristas 2 e 3, apenas.
 - (B) os motoristas 1 e 2, apenas.
 - (C) os motoristas 1 e 3, apenas.
 - (D) os motoristas 1, 2 e 3.
 - (E) o motorista 3, apenas.
50. Os veículos novos, antes do registro e licenciamento, adquiridos por pessoas físicas e jurídicas, por entidades públicas e privadas e os destinados às concessionárias para comercialização, podem transportar cargas e pessoas, desde que portem a “autorização especial”.
- A “autorização especial” válida apenas para deslocamento para o município de destino será expedida para o veículo que portar os Equipamentos Obrigatórios previstos pelo CONTRAN (adequado ao tipo de veículo), com base na Nota Fiscal de Compra e Venda, com validade de
- (A) 5 dias transcorridos da data da emissão, prorrogável por igual período por motivo de força maior.
 - (B) 15 dias transcorridos da data da emissão, prorrogável por igual período por motivo de força maior.
 - (C) 30 dias transcorridos da data da emissão, prorrogável por igual período por motivo de força maior.
 - (D) 45 dias transcorridos da data da emissão, prorrogável por igual período por motivo de força maior.
 - (E) 60 dias transcorridos da data da emissão, prorrogável por igual período por motivo de força maior.

51. Quando o veículo estiver em movimento, deve-se manter o farol baixo aceso durante o dia, nas rodovias, considerando que:
- I. As cores e as formas dos veículos modernos contribuem para mascará-los no meio ambiente, dificultando a sua visualização a uma distância efetivamente segura para qualquer ação preventiva, mesmo em condições de boa luminosidade.
 - II. O sistema de iluminação é elemento integrante da segurança ativa dos veículos.
 - III. A velocidade das estradas é superior à das vias urbanas.

Está correto o que consta de

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.



52. Durante a realização do curso teórico-técnico de formação para habilitação de condutores de veículos automotores, na estrutura curricular de direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas, deve-se ministrar o conteúdo relativo
- (A) à responsabilidade com a manutenção do veículo.
 - (B) à verificação das condições gerais da vítima.
 - (C) à manutenção preventiva do automóvel e da motocicleta, para preservação do meio ambiente.
 - (D) à abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas.
 - (E) às alternativas de solução para eventualidades mais comuns.
-
53. A pessoa jurídica de direito público ou privado, habilitada para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, sujeitar-se-á à sanção de advertência por escrito quando
- (A) deixar de exigir do cliente a apresentação de documentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito.
 - (B) apresentar, culposamente, informações não verdadeiras às autoridades de trânsito e ao DENATRAN.
 - (C) emitir laudo de vistoria de identificação veicular em desacordo com o respectivo regulamento técnico.
 - (D) realizar vistoria de identificação veicular em desacordo com o respectivo regulamento técnico.
 - (E) emitir laudos assinados por profissional não habilitado.
-
54. Para que um condutor possa voltar a dirigir, quando condenado por delito de trânsito, deverá ser submetido (e aprovado), entre outros, no exame
- (A) de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitado.
 - (B) de noções de primeiros socorros.
 - (C) de reciclagem.
 - (D) oral, sobre legislação de trânsito.
 - (E) de saúde cognitiva.
-
55. Quanto ao transporte de cargas ou de bicicletas, nos veículos classificados nas espécies automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário, considere:
- I. A carga ou a bicicleta deverá estar acondicionada e afixada de modo que não exceda a largura máxima do veículo.
 - II. Será admitido o transporte eventual de carga indivisível, desde que o balanço traseiro não exceda 40% do valor da distância entre os dois eixos do veículo.
 - III. A carga, já considerada a altura do bagageiro ou do suporte, deverá ter altura máxima de 50 centímetros, e suas dimensões não devem ultrapassar o comprimento da carroçaria e a largura da parte superior da carroçaria.
 - IV. Será admitida a circulação do veículo com compartimento de carga aberto, apenas durante o transporte de carga indivisível, que ultrapasse o comprimento da caçamba ou do compartimento de carga.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.
-
56. O condutor estrangeiro, pretendendo continuar a dirigir veículo automotor no âmbito territorial brasileiro, deverá submeter-se aos Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica, nos termos do artigo 147 do CTB, respeitada a sua categoria, com vistas à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, após o prazo de sua estada regular no Brasil, igual a
- (A) 120 dias.
 - (B) 60 dias.
 - (C) 90 dias.
 - (D) 180 dias.
 - (E) 360 dias.



57. No caso de comprovada a existência de outro veículo automotor circulando com placa idêntica à do veículo original (clonagem), a troca da placa, com a substituição dos caracteres alfanuméricos, será realizada mediante a instauração de processo administrativo pelo órgão executivo de trânsito da unidade da federação em que estiver registrado o veículo. A instauração do processo administrativo terá início com a apresentação de requerimento pelo proprietário do veículo, acompanhado da documentação comprobatória da existência de veículo clone. Tal requerimento deverá ser instruído com uma série de documentos. Dessa série de documentos a serem entregues em cópia reprográfica, poderão ser solicitados os originais para conferência, no curso do processo administrativo, dos seguintes documentos:
- (A) Cadastro de Pessoa Física – CPF para pessoas naturais; a imagem do veículo, no caso de infração registrada por sistema automático metrológico de fiscalização; e o microfilme do Auto de Infração de Trânsito lavrado por Agente de Trânsito.
 - (B) documento de identificação pessoal do requerente; Certificado de Registro de Veículo (CRV); e o recurso interposto perante o órgão autuador.
 - (C) contrato social e suas alterações; o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para pessoas jurídicas; e o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).
 - (D) documento de identificação pessoal do requerente; o Cadastro de Pessoa Física (CPF) para pessoas naturais; e a notificação de autuação por infração de trânsito que incidiu indevidamente sobre o veículo.
 - (E) laudo de vistoria de identificação veicular; laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística com as características do veículo; e o Certificado de Registro de Veículo (CRV).
-
58. Considerando a Resolução nº 254 do CONTRAN, que estabelece os requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com o Artigo 111 do CTB:
- (A) a transparência dos vidros que não interferem nas áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, não poderá ser inferior a 22%.
 - (B) a transmissão luminosa não poderá ser inferior a 60% para os vidros incolores dos para-brisas e a 50% para os para-brisas coloridos e demais vidros indispensáveis à dirigibilidade.
 - (C) consideram-se áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, a área do para-brisa, excluindo a faixa periférica de serigrafia destinada a dar acabamento ao vidro e à área ocupada pela banda *dégradé*, caso existente, conforme estabelece a NBR 9491, e também as áreas envidraçadas situadas nas laterais dianteiras do veículo, respeitando o campo de visão do condutor.
 - (D) a aplicação de película não refletiva nas áreas envidraçadas dos veículos automotores será permitida, desde que atendidas as condições de transmissão luminosa não inferior a 60% para os vidros incolores dos para-brisas e não inferior a 50% para os para-brisas coloridos e demais vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo.
 - (E) fora das áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, a aplicação de inscrições, pictogramas ou painéis decorativos de qualquer espécie será permitida, desde que o veículo possua espelhos retrovisores externos direito e esquerdo e que a transparência não seja inferior a 20%.
-
59. A Resolução nº 358 do CONTRAN regulamenta o credenciamento de instituições ou entidades públicas ou privadas para o processo de capacitação, qualificação e atualização de profissionais, e de formação, qualificação, atualização e reciclagem de candidatos e condutores e dá outras providências.
- É uma exigência para o exercício da atividade de examinador de trânsito, observadas as disposições contidas no Artigo 152 do CTB,
- (A) ter curso de ensino médio completo.
 - (B) ter 3 anos de habilitação compatível com a categoria a ser examinada.
 - (C) ter no mínimo 1 ano nas categorias A e D.
 - (D) ter no mínimo 18 anos de idade.
 - (E) não ter sofrido penalidade de suspensão do direito de dirigir ou cassação da CNH e não ter cometido nenhuma infração de trânsito gravíssima nos últimos 12 meses.
-
60. A Resolução nº 357 do CONTRAN estabelece as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI). Quanto à composição, a JARI, órgão colegiado, terá necessariamente
- (A) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade.
 - (B) quatro integrantes, no mínimo.
 - (C) dois integrantes com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade.
 - (D) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área jurídica.
 - (E) um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível superior de escolaridade.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital nº 01/19 Capítulo 10, item 10.3 Na Prova Discursiva-Redação para todos os Empregos Públicos, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir da proposta única, sobre assunto de interesse geral; 10.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.4.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.4.1 - Conteúdo, 10.4.2 - Estrutura e 10.4.3 - Expressão; c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critério pela Banca Examinadora. 10.4.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.4.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.4.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter habilitatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **6 (seis) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

1

Cidades ativas são aquelas em que a população pode fazer escolhas mais saudáveis e sustentáveis. Para que isso seja possível, as cidades devem proporcionar acesso a espaços públicos e serviços de qualidade a todas as pessoas, garantindo que possam passear, descansar, brincar e se exercitar em praças, parques e equipamentos.

(Disponível em: www.archdaily.com.br)

2

O planejamento da rede de mobilidade não apenas enfrenta desafios, como, por exemplo, a conexão entre espaços públicos e principais destinos, mas também questões como a integração social de uma comunidade.

Considerando as ideias expostas em 1 e 2, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

Espaço urbano e qualidade de vida



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FRASCUINHO